

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.614 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2002



Célio Azevedo

Propostas acolhidas pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania serão enviadas ao exame do Plenário

## Voto facultativo e “Lei da Mordança” aprovados na CCJ

A proposta de emenda constitucional que acaba com a obrigatoriedade do voto recebeu ontem aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois de longo debate, a CCJ acolheu também projeto que proíbe a divulgação de informações por autoridades que a elas tenham acesso em razão do exercício de suas funções – a chamada “Lei da Mordança”.

PÁGINAS 4 E 5

### MP do capital estrangeiro na mídia é acolhida

Plenário aprova regulamentação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e emissoras de rádio e TV.

PÁGINA 3

### Área indígena pode dar recursos para estados

Senado aprova projeto de Marina Silva beneficiando estado que abrigar áreas indígena e de conservação.

PÁGINA 3

### Especialistas apóiam projeto que defende língua portuguesa



Célio Azevedo

Debate contou com lingüistas, acadêmico e representante dos usuários da língua

PÁGINA 7

Representantes da comunidade científica dizem, na Comissão de Educação, que projeto substitutivo de Amir Lando atende principais expectativas.



Waldemar Barreto

Funcionários e senadores confraternizam na solenidade de aniversário do Prodasen

## Senadores destacam importância do Prodasen, que faz 30 anos

PÁGINA 8

## CAE vota renda de cidadania na terça-feira

O presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), concedeu vista coletiva do parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) sobre o projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui, a partir de 2005, a renda de cidadania. Essa renda consiste em um benefício monetário aos brasileiros residentes no país e estrangeiros que estejam há pelo menos cinco anos no Brasil.

O primeiro a pedir vista do projeto foi o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA). Bezerra informou que a proposta será o primeiro item da pauta de votações da CAE na próxima reunião, marcada para terça-feira, às 10h.

Também foi concedida vista do parecer do senador Eduardo Suplicy sobre os projetos dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Maguito Vilela (PMDB-GO), que tramitam em conjunto e estabelecem restrições a financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a pessoas jurídicas cujo controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior. O pedido foi do senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Já o parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) sobre as emendas ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que define direitos e garantias do contribuinte teve sua votação adiada, a pedido da senadora Heloísa Helena (PT-AL). E o parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) a projeto de Geraldo Melo que estende aos detentores de dívidas rurais no âmbito da Agência de Desenvolvimento do Nordeste a possibilidade de renegociá-las nas condições da Lei 10.437 também teve vista coletiva concedida.

# Parlamentares querem reforçar integração da América do Sul

Participantes da 20ª Sessão Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul acreditam que União Européia pode servir de inspiração

Os parlamentares sul-americanos presentes à abertura da 20ª Sessão Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) defenderam a necessidade de reforçar a integração entre os componentes do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e os países parceiros, além dos integrantes do Pacto Andino.

Para o presidente *pro tempore* da CPCM, senador Roberto Requião (PMDB-PR), a América do Sul deve se inspirar na União Européia, principalmente no momento em que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrou, na viagem que fez à Argentina e ao Chile esta semana, que vai dar prioridade à reconstrução do Mercosul.

– Precisamos afinar os nossos discursos. Identificamos que existem pesadas críticas à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Queremos integração, mas sem exploração. As propostas do presidente Lula, que declarou apoio e solidariedade à Argentina, entusiasma muito o Parlamento brasileiro – afirmou Requião na abertura da reunião, que teve a participação dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Luiz Otávio (PMDB-PA).

O representante da Argentina na



Rafael Martinez Raymonda, representante argentino, e Roberto Requião apontam integração europeia como referência para o Mercosul

CPCM, deputado Rafael Martinez Raymonda, também citou a integração europeia como referência para o Mercosul. Ele destacou ainda que a renovação, por meios democráticos, dos presidentes do Brasil, neste ano, da Argentina e do Paraguai, em 2003, e do Uruguai, em 2004, pode acelerar a integração.

Pelo Parlamento paraguaio, o deputado Alfonso Gonzalez Nunes reclamou que o economicismo observado nos últimos anos acabou afastando os países da região, que têm história e muitos interesses comuns.

O senador Danilo Astori, do Uruguai, entende que o Mercosul tem a

oportunidade de aprender a partir dos erros cometidos nas crises, mas sem renunciar aos seus objetivos.

Já o deputado Cláudio Alvorado, convidado à reunião para representar o Congresso do Chile, apelou para que os países da América do Sul sejam capazes de deixar interesses setoriais de lado e avançar. Também convidada, a deputada venezuelana Jhannett Madriz Sotillo, presidente do Pacto Andino (formado pela Bolívia, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela), pediu que os parlamentares da região trabalhem a integração diuturnamente e não só em reuniões esporádicas.

## Requião defende discussão de tratados pelo Congresso

Durante a reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o senador Roberto Requião anunciou aos parlamentares sul-americanos que o Senado deverá votar em breve a proposta de emenda à Constituição que inclui entre as competências privativas do Congresso Nacional o acompanhamento e a discussão de tratados comerciais internacionais negociados pelo Poder Executivo. Autor da propos-

ta, Requião acredita que ela representa grande avanço na participação do Parlamento nas decisões acerca de blocos econômicos.

– A proposta quebra o monopólio do Executivo na condução da política externa. Assim, o presidente da República será obrigado a informar os passos de cada tratado que diga respeito a relações comerciais, o qual deverá ser debatido paralelamente pelo Congresso e pela

Chancelaria – disse o senador.

O senador também destacou que a medida não é novidade no mundo, já que, em muitos países, como nos Estados Unidos, a participação do Congresso é muito positiva.

– Atualmente as negociações de tratados são uma caixa-preta em que, muitas vezes, o Executivo cede onde não deveria ceder. Os debates no Congresso estão abertos à sociedade civil – afirmou Requião.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

10h – Recebe delegação do Comitê de Assuntos Jurídicos e Judiciais do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Federação da Rússia.

11h – Solenidade de descerramento da placa comemorativa do centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e entrega da Medalha do Mérito do Ministério Público Brasileiro ao vice-presidente Marco Maciel e aos presidentes do Senado e da Câmara. *Auditório da Procuradoria Geral da República, SAF Sul, Quadra 4, conjunto C*

11h – Cerimônia de imposição da Medalha do Mérito do Ministério Público Federal. *Procuradoria Geral da República*

12h30 – Almoço com a delegação da Federação da Rússia. *Restaurante dos Senadores*

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: continuação da votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1 e 5, 20/00; e 15/01), introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; PLC nº 63/01, dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº 7.713/88, que trata da incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente; PLS nº 108/02, altera a redação do parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 10.201/01, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários e a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens; e PR nº 82/00, dispõe sobre a polícia do Senado.

COMISSÕES

9h30 – Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 38, dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de estados, do Distrito Federal, de municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, institui regime especial de parcelamento da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), restabelece prazos para pagamento de débitos tributários, inclusive do Imposto de Renda incidente sobre lucro inflacionário, concede benefícios fiscais à instalação, ampliação ou modernização de unidades industriais e tratamento tributário isonômico entre produção nacional e a importação de papel-jornal, altera a legislação aduaneira e a relativa à cobrança de direitos antidumping e compensatórios. Pauta: instalação da comissão e apreciação do PDL. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



## Cai progressão funcional de servidores

Os senadores rejeitaram ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite o desenvolvimento funcional de servidores mediante processo seletivo. A proposta, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), tinha parecer favorável do relator José Fogaça (PPS-RS), mas obteve apenas 46 votos — eram necessários 49 para a aprovação.

A PEC havia sido aprovada em primeiro turno e previa a concessão de vantagens para servidores na participação em concursos públicos. Durante uma das sessões de discussão da matéria, no mês passado, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o texto da PEC permite que se dê um peso excessivo ao exercício de cargo público nas regras dos concursos.

## Rejeitado limite à reeleição de dirigente esportivo

A proposta de emenda constitucional (PEC) que limita a reeleição de dirigentes de associações, federações e confederações esportivas foi rejeitada pelo Plenário. O texto, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), permitia apenas uma recondução.

— Temos de evitar que os dirigentes se perpetuem e fiquem décadas comandando clubes ou federações, o que tem causado muitos problemas, inclusive de corrupção — destacou Maguito Vilela.

A proposta recebeu apoio do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI do Futebol, mas senadores alertaram para a inadequação de o texto constitucional conter dispositivo típico de legislação comum.

## Aprovados embaixadores para oito países

O Senado acolheu ontem as indicações dos novos embaixadores do Brasil no Uruguai, Chile, Hungria, Noruega, Síria, Espanha e Israel.

São os seguintes os embaixadores aprovados pelo Plenário: Eduardo dos Santos (Uruguai), Gilson Fonseca Jr. (Chile), Roberto Soares de Oliveira (Hungria), Eduardo Monteiro de Barros Roxo (Síria), Osmar Vladimir Chohfi (Espanha), Sérgio Eduardo Moreira Lima (Israel) e César de Faria Domingos Moreira (Noruega).

# Conservação ambiental pode dar mais recursos a estados

Plenário do Senado aprova proposta de Marina Silva que valoriza a presença de áreas de preservação e terras indígenas demarcadas

Os estados que abrigam em seus territórios unidades de conservação ambiental e terras indígenas demarcadas deverão receber recursos extras provenientes de reserva a ser criada no Fundo de Participação dos Estados. Projeto nesse sentido, de autoria

da senadora Marina Silva (PT-AC), foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. De acordo com o pro-



Fotos: Rosevelt Pinheiro  
Projeto de Marina vai à Câmara dos Deputados

jeto, os recursos da reserva virão da redistribuição das verbas do próprio fundo. A proposta segue agora para votação na Câmara.

— Ao manter em seus territórios unidades de conservação e territórios indígenas, os estados prestam significativa contribuição para a construção de uma sociedade sustentável — argumenta a senadora.

O texto prevê que o Fundo de Participação dos Estados destine 84% de seus recursos, formados por receitas dos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados, para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As Regiões Sul e Sudeste ficarão com 14%. Os 2% restantes serão distribuídos aos estados que se encaixarem nas condições impostas pelo projeto, tendo em vista a parcela de seus territórios ocupada por áreas de preservação e indígenas.

## Capital estrangeiro na mídia é regulamentado

O Senado aprovou a Medida Provisória nº 70, que abre à participação do capital estrangeiro, ou de estrangeiros naturalizados brasileiros há menos de dez anos, até 30% do capital social de empresas jornalísticas e de emissoras de rádio ou televisão. Essa participação se dará apenas de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no Brasil. A MP regulamenta a emenda constitucional aprovada no dia 28

de maio último e que abriu o capital das empresas de comunicação a estrangeiros, no limite de 30%.

A medida provisória, aprovada como projeto de conversão, já que foi modificada pela Câmara dos Deputados, estabelece também que as alterações no controle societário das empresas de rádio e TV deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional. As empresas deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, aos órgãos de registro comercial ou de

registro civil de pessoas jurídicas, a declaração completa do capital social e as modificações ocorridas ao longo do ano.

Outra cautela inserida na medida provisória refere-se ao conteúdo da programação. Fica proibido qualquer ato ou contrato que confira aos sócios estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos a responsabilidade editorial, a seleção e direção da programação veiculada, além da gestão dessas atividades nas empresas.

## Emenda cria nova fonte de verbas para a educação infantil

A educação infantil (de zero a seis anos) poderá receber mais recursos. O Plenário aprovou ontem proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que estende a esse segmento educacional recursos oriundos da contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas. A proposta, aprovada por unanimidade, ainda precisa ser votada em segundo turno, para depois ser enviada à Câmara dos Deputados.

De acordo com dados apresentados por Ricardo Santos, apenas 23,1% das crianças até seis anos encontram-se matriculadas nas escolas. O senador vê impactos sociais e educacionais importantes no investimento feito, especialmente em crianças das camadas mais pobres da população.

— A necessidade de atender, com educação infantil, prioritariamente as crianças de zero a seis anos, socialmente menos privilegiadas, é forma de assegurar o seu futuro e o futuro do país — afirmou.



Ricardo Santos: impactos sociais e educacionais

## ICMS sobre energia deverá ficar com estado consumidor

Na tentativa de evitar questionamentos judiciais feitos com o objetivo de reduzir o pagamento de impostos, o Plenário aprovou ontem projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que pretende esclarecer a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre energia elétrica. De acordo com o texto, a alíquota interestadual do ICMS sobre energia elétrica destina-se ao estado consumidor e não ao produtor.

O projeto determina que a base de cálculo daquele tributo nas operações de entrada interestadual de energia elétrica destinada a consumidor final “será o total cobrado do adquirente, nele computados todos os encargos”.

— Alguns aspectos do tributo devem estar perfeitamente definidos na lei para que a sua cobrança seja juridicamente inatacável. A hipótese de incidência do ICMS nas diferentes espécies de operações relativas a energia elétrica, assim como a responsabilidade pelo recolhimento do imposto são termos cuja ausência expressa na lei poderia franquiar aos mais astutos a oportunidade de impetrar ações judiciais contra o pagamento do imposto — alegou o relator da matéria, Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

## Senado acolhe projeto que define feriados nacionais

O Senado aprovou projeto de lei que simplifica a legislação sobre feriados nacionais e inclui, entre eles, os dias 21 de abril e 2 de novembro. O projeto aprovado revoga a lei que declarava feriado nacional o dia das eleições gerais.

Segundo o relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), não tem sido homogêneo o tratamento dado ao Dia de Tiradentes e ao Dia de Finados entre os empregadores, havendo necessidade de regulamentação legal “para garantir o respeito da tradição histórica e religiosa do nosso povo”.

Os feriados nacionais passam a ser 1º de janeiro; 21 de abril; 1º de maio; 7 de setembro; 2 de novembro; 15 de novembro e 25 de dezembro.

## Adiada votação da reforma do Judiciário

Ainda não houve acordo para a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma do Judiciário. A PEC estava na pauta de ontem do Senado, mas foi adiada para hoje, com a aprovação de requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

— Dada a polêmica, solicitamos mais um dia de reflexão — justificou ele.

O relator da reforma, Bernardo Cabral (PFL-AM), criticou a decisão e anunciou que não comparecerá à sessão de hoje. Francelino Pereira (PFL-MG) considerou que o adiamento encobre a intenção de não votar a reforma este ano.

Ramez Tebet disse que o requerimento está embasado no Regimento Interno do Senado.

## Plenário manifesta pesar pela morte de Gilvan Rocha

A requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o Plenário decidiu ontem inserir em ata voto de pesar pela morte do ex-senador Gilvan Rocha, decidindo também enviar mensagem de pêsames à família e à Universidade Federal de Sergipe (UFS). O senador ressaltou que sua iniciativa visava homenagear uma das figuras mais importantes da medicina e da política de Sergipe.

De acordo com Valadares, Gilvan Rocha exerceu sua profissão com competência e dignidade, demonstrando compromisso com a sociedade de Sergipe e do Nordeste. Ele destacou que o homenageado deixou valiosas lições às gerações mais jovens.

# Comissão de Justiça aprova "Lei da Mordaza"

Projeto de autoria do Executivo proíbe juízes, procuradores, delegados e outras autoridades de divulgarem dados sobre pessoas que estejam sendo investigadas. Matéria vai agora ao Plenário, para votação em regime de urgência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem, parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) favorável a projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que proíbe a divulgação de informações por autoridades que a elas tenham acesso em razão do exercício de suas funções. De iniciativa da Presidência da República, a proposta impõe essa restrição a magistrados, membros do Ministério Público, integrantes do Tribunal de Contas e autoridades policiais ou administrativas.

Conhecido como "Lei da Mordaza", o projeto será submetido agora à deliberação do Plenário do Senado, que deverá apreciá-lo em regime de urgência. A discussão da matéria na CCJ suscitou longo debate e protestos de vários senadores, principalmente dos integrantes do Bloco Oposição. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) considerou a aprovação pela CCJ "um retrocesso para o estado de direito democrático". Para ele, se transformada em lei, a medida poderá acirrar a diferença de tratamento entre a população sem poder e a elite do país.

— O que veremos é que os poderosos e detentores de cargos públicos poderão se proteger, mesmo que acusados em processos, sob o manto do sigilo, enquanto aqueles desprovidos de poder continuarão a ter suas ações divulgadas amplamente — afirmou Jefferson.

## VOLTA À CENSURA

Na opinião do senador José Fogaça (PPS-RS), que também votou contrariamente ao parecer de Bello Parga, o projeto, se aprovado, se converterá em uma lei que conduzirá à volta da censura. A seu ver, o dilema entre direito à privacidade e direito à informação poderia ser resolvido com a



Bello Parga disse que, desde 1999, projeto vem sendo amplamente debatido no Congresso Nacional

aprovação de uma nova Lei de Imprensa.

— Aí, sim, teríamos o equilíbrio e uma imprensa democrática — ressaltou o parlamentar gaúcho.

Também o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor de quatro emendas rejeitadas, lamentou a aprovação do projeto, argumentando que a proposição "atenta contra o direito constitucional à informação, a liberdade de imprensa, a publicidade dos processos, e a transparência da administração pública".

Ainda manifestaram descontentamento com a aprovação do projeto, levantando dúvidas sobre a sua constitucionalidade, os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Sebastião Rocha (PDT-AP), Olivir Gabardo (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que criticou a falta de mais debates sobre o assunto.

Bello Parga, porém, sustentou que a proposição, apresentada em 1999, desde então tem sido amplamente discutida nas duas Casas legislativas. Ele disse, em defesa de seu relatório, que o substitutivo da Câmara ao texto original foi elaborado por um procurador da República, o que, em sua visão, "demonstra que essa não é uma tentativa de cerceamento das atividades do Ministério Público".

## Crime de abuso de autoridade

**O** ponto mais polêmico do Projeto de Lei nº 65/99 (Lei da Mordaza) concentra-se numa alínea que seria acrescentada ao artigo 3º da Lei nº 4.898/65, conhecida como a Lei do Abuso de Autoridade. De acordo com o dispositivo em exame, procuradores da República, promotores de Justiça, delegados de polícia, juízes e conselheiros dos tribunais de contas incorrem em abuso de autoridade, passível de punição civil e criminal, se revelarem fatos ou informações, de que tenham conhecimento em razão do cargo, "que violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas".

Na prática, as categorias profissionais assinaladas na alínea não podem divulgar informações sobre investigações ou processos, principalmente para os meios de comunicação.

## Projeto que define atividade médica recebe emendas

Com a inclusão de três emendas, o projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que define as atividades exclusivas dos médicos foi considerado constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), aprovado ontem, não discutiu o mérito da matéria. Isso será feito pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), após a realização de audiências públicas para aprofundar os debates sobre a proposta.

O relator entendeu que, ao elevar à condição de norma legislativa dispositivos que constam de resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), o projeto de Althoff estaria propondo ao Congresso Nacional abrir mão de sua competência legislativa. Para corrigir essa inconstitucionalidade, Antonio Carlos Júnior acolheu três emendas, duas de autoria do

senador José Fogaça (PPS-RS) e uma do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Pelo texto aprovado na CCJ, o Conselho Federal de Medicina poderá, respeitando a lei pertinente, "definir, por meio de resolução, os procedimentos médicos experimentais, os aceitos e os vedados, para utilização pelos profissionais médicos".

Os diagnósticos e as indicações terapêuticas estarão a cargo dos médicos, segundo o parecer aprovado pela CCJ. Mas as atividades como promoção da saúde, prevenção da ocorrência de enfermidades e profilaxia, reabilitação de enfermos e prevenção da invalidez (consideradas "prevenções primárias e terciárias"), que não impliquem em diagnósticos e indicações terapêuticas, poderão ser compartilhadas com outros profissionais de saúde, dentro dos limites legais.

Outra emenda inclui entre os



Proposta de Geraldo Althoff volta à Comissão de Assuntos Sociais, para exame do mérito

atos médicos as atividades de "ensino de procedimentos médicos privativos", além da "coordenação, direção, chefia, perícia, auditoria e supervisão, desde que vinculadas, de forma imediata e direta a procedimentos médicos". Estão excluídas dessa exigência as funções de direção administrativa de estabelecimentos de saúde e outras atividades de direção, chefia, perícia, auditoria e supervisão que dispensem formação médica.

## CCJ acolhe tarifa social para água e esgoto

Parecer favorável ao projeto de autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que institui uma tarifa social para os serviços de tratamento de água e esgoto cobrados de usuários de baixa renda foi aprovado ontem pelos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. A proposta recebeu quatro emendas e será agora encaminhada para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo. Ou seja, caberá à CAS a decisão final sobre a matéria, a não ser que requerimento assinado por pelo menos nove senadores solicite sua apreciação em Plenário.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) substituiu o relator, Romero Jucá (PSDB-RR), lendo o parecer por este apresentado. Nele, Jucá afirma que as emendas corrigem apenas pequenas "impropriedades" do ponto de vista de técnica legislativa, não alterando o teor do projeto.

O relator elogiou a iniciativa de Geraldo Melo e concordou com a argumentação de que o projeto tem como um dos seus objetivos evitar



Objetivo de Geraldo Melo é evitar "injustiça social", como, segundo ele, ocorreu na privatização de energia

o quadro de "injustiça social" que decorreu da privatização das distribuidoras de energia elétrica. De acordo com o autor da proposição, as tarifas deixaram de ser subsidiadas pelos consumidores de renda mais alta, elevando os valores pagos pelas comunidades carentes. Além disso, o corte no fornecimento de energia por incapacidade de pagamento dos consumidores pobres passou a ser mais freqüente. Outra preocupação do projeto é a garantia de que a privatização dos serviços de água e esgoto não se transforme em mera transferência

patrimonial. Mas que os investidores privados se comprometam a aumentar o capital das empresas para possibilitar a "universalização" desses serviços.

O relator citou, no seu parecer, estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), publicados em 1998, que projetam a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões em quinze anos para se alcançar a universalização dos serviços de saneamento. Ressaltou também que 17 milhões de brasileiros, moradores de áreas urbanas, não dispõem de água tratada e 46 milhões estão excluídos dos serviços de tratamento de esgoto sanitário.

Essa situação traz graves repercussões na área de saúde, segundo o relator. Nada menos de 65% das internações hospitalares de menores de 10 anos estão associadas às condições precárias dos serviços de saneamento no país, destaca o senador. E cerca de 90% dos sistemas de esgoto não contam com tratamento, o que contribui para a degradação ambiental.



## Plenário lembra o Dia de Solidariedade à Palestina

O Senado lembrou ontem o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, diante de uma platéia de embaixadores, inclusive do representante do governo palestino no Brasil, Musa Amer Odeh, senadores e deputados federais e estaduais.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, solidarizou-se com os presentes, manifestando sua confiança no fim do conflito entre judeus e árabes no Oriente Médio, “com o justo reconhecimento do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente”. Ele aceitou que fosse incluída nos Anais da Casa mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso manifestando “o firme apoio do governo brasileiro às legítimas aspirações do povo palestino”.

Ao discursar, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) recordou “a injustiça que representou o não cumprimento” da decisão das Nações Unidas, em 1947, de criar dois Estados, um judeu e outro árabe.

— Se os judeus criaram seu Estado, o mesmo não aconteceu com os palestinos que vivem dispersos, sem terra e sem dignidade, espremidos nos territórios da Cisjordânia e Gaza, ocupados militarmente por Israel — disse.

Maguito lembrou que nos dois



Para Maguito, é preciso cumprir decisão da ONU que garante a criação do Estado palestino

últimos anos, na Palestina, foram feridas 41 mil pessoas e morreram duas mil, das quais 85% eram civis. No período, a economia palestina perdeu quase US\$ 10 bilhões, afirmou, enquanto a taxa de desemprego em Gaza chega a 67% e na Cisjordânia a 48%.

Para Maguito, é preciso retomar as determinações de Madri e Oslo, de uma década atrás, em que os israelenses se comprometeram a deixar os territórios ocupados, abrindo caminho para a existência de duas pátrias livres e soberanas.

O senador fez apelo ao novo governo brasileiro no sentido de que contribua para que os tratados relativos ao Oriente Médio sejam, de fato, cumpridos.

## Senadores pedem solução para o conflito no Oriente Médio

Durante a homenagem do Plenário ao povo palestino, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou estar com “o coração amargurado diante das atrocidades” que estão acontecendo no Oriente Médio.

— Um exemplo da insensatez que acontece na região me trouxe particular pesar: os militares israelenses destruíram um depósito com 557 toneladas de alimentos destinadas aos campos de refugiados palestinos. A Suécia e outros países da União Européia manifestaram sua indignação e estão exigindo que Israel reponha os alimentos que eles doaram ao povo pobre e sofrido da Palestina.

Para o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), somente a criação de dois Estados trará tranquilidade ao Oriente Médio. “A família judia merece ter pátria e paz, da mesma forma que a família palestina tem direito à soberania e independência”, disse. Ele manifestou confiança em resultados concretos para a paz na região, “que inte-

ressa a toda a humanidade”.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu “a imediata e efetiva criação do Estado Palestino”, cumprindo resoluções das Nações Unidas.

— Essa será a única maneira de pacificar a região, trazendo paz aos dois povos — afirmou.

Segundo Eduardo Suplicy (PT-SP), o Brasil é o melhor exemplo de que todos os povos podem se entender. “Aqui convivem em paz árabes, judeus, imigrantes e descendentes de africanos, europeus e latino-americanos. Todos trabalham lado a lado para formar, juntos, o povo brasileiro.”

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) manifestou indignação diante da permanência de colonos e militares israelenses nos territórios de Gaza e Cisjordânia, pertencentes aos palestinos.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), Israel não teria força para manter a ocupação militar da Palestina se não contasse com apoio dos Estados Unidos.

# Fim do voto obrigatório tem parecer favorável da CCJ

Proposta examinada pela Comissão de Justiça do Senado precisa ainda ser discutida e votada em dois turnos pelo Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO) à proposta de emenda constitucional do senador Sérgio Machado (PMDB-CE) que torna o voto facultativo. A matéria será agora discutida e votada em dois turnos pelo Plenário.

O relator analisou duas propostas sobre o assunto e adotou a mais abrangente. A emenda aprovada, lembrou Iris Rezende, foi inicialmente proposta em 1998 pela comissão especial que tratou da reforma político-partidária, mas teve de ser reapresentada em função do término da legislatura passada.

Na opinião de Iris, o voto obrigatório constitui hoje exigência de caráter negativo para aperfeiçoamento do processo eleitoral, pois representa um “constrangimento legal” ao eleitor, obrigando-o a exercer um direito, independentemente de sua vontade. Tal imposição, disse, caracteriza uma forma de autoritarismo.

— O voto é entendido como facultade das pessoas, uma autodeterminação do cidadão, fruto de sua liberdade de escolha, de sua vontade. Esse ato, para ser

amplo e irrestrito, não pode ser obrigatório, pois a vontade é uma questão de consciência — afirmou.

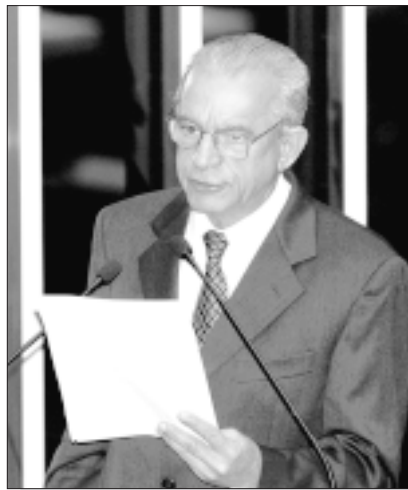
### ULTRAPASSADO

Iris também observou que a obrigatoriedade do voto é “uma característica ultrapassada na maioria dos processos político-eleitorais do mundo”. No Brasil, frisou, esse sistema existe há mais de 50 anos e o país é atualmente, acrescentou, uma das poucas democracias que ainda impõem o voto obrigatório aos seus cidadãos. O senador citou vários países, democraticamente estáveis, em que o voto é facultativo, como os Estados Unidos, França, Alemanha e Grã-Bretanha.

Para aqueles que contestam a proposta com a alegação de que

ele conduz a um grande número de abstenções — a falta do eleitor à votação —, o relator disse que esses mesmos países, em que a abstenção é elevada, não são considerados “nações menos perfeitas em razão de registrarem um baixo índice de comparecimento do eleitor às urnas”. Pelo contrário, argumentou, o que se verifica, na verdade, é que o voto voluntário acaba por resultar em representantes com melhor qualificação e democracias mais fortes.

— Quando o voto é facultativo, a sociedade participativa toma em suas mãos as rédeas do processo político, e reconhece-se também uma das garantias individuais do cidadão: a de opinar ou não — enfatiza Iris Rezende.



Fotos: Roosevelt Pinheiro



Para Iris Rezende, relator da PEC de autoria de Sérgio Machado, a obrigatoriedade do voto é “característica ultrapassada na maioria dos processos eleitorais do mundo”

## Malan terá de explicar financiamentos do BNB

Foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) requerimento de informações sobre denúncias de irregularidades em projetos financiados pelo Banco do Nordeste (BNB), no período entre 1995 e 2002. A solicitação, dirigida ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) concordou, em seu relatório, com a importância das informações solicitadas por Suplicy para identificar as causas de “alguns ralos que permitem a drenagem de recursos públicos”. O autor do requerimento restringiu o

seu pedido de informações apenas aos empréstimos com valores que ultrapassem R\$ 300 mil.

### FMI

Suplicy informou, durante a reunião da CCJ, que o ministro da Fazenda comparecerá ao Senado no dia 17 de dezembro para debater o acordo fechado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O local ainda não está definido. O senador, autor do requerimento de convocação de Malan, disse que deve discutir com o presidente do Senado, Ramez Tebet, e o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), sobre a conveniência de o ministro pres-



Suplicy é autor do requerimento que pede ao ministro informações sobre denúncias de irregularidades

tar os seus esclarecimentos da tribuna do Plenário ou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



# Passa na CAS projeto que aumenta controle sobre academia de ginástica

Estabelecimentos só poderão funcionar sob responsabilidade de um profissional de educação física. A medida, extensiva a escolas de artes marciais e natação, vai ao exame do Plenário

As academias de artes marciais, ginástica e natação do país só poderão funcionar legalmente se tiverem assistência e responsabilidade técnicas de um profissional formado em Educação Física, regularmente registrado em conselho regional. A medida está prevista no projeto de lei da Câmara que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com a proposta, a exigência é extensiva a clubes ou estabelecimentos que tenham por finalidade o aprendizado de práticas esportivas mediante remuneração. O projeto vai agora



Relator da matéria, Juvêncio acredita que exigência é garantia de qualidade

para exame do Plenário.

O projeto considera artes marciais, sujeitas à responsabilidade técnica de profissional formado em Educação Física, as modali-

dades: jiu-jítsu, judô, caratê, tai chi chuan, aikido, kendo, kung fu, capoeira, boxe, luta livre, luta greco-romana, kick boxing e sumô, além de similares praticadas no país.

O relator da matéria na comissão, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), observou que a responsabilidade técnica, mais que uma exigência legal, é a garantia que o estabelecimento oferece à sociedade de que seus serviços estão sendo executados sob supervisão de profissional habilitado, e não apenas sob a tutela de um técnico.

Já o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou declaração de voto contrário à aprovação da matéria, por entender que em nenhum

país do mundo há registro de exigência de curso superior para se ensinarem danças e lutas tradicionais fora das instituições escolares, como se pretende estabelecer no país.

## COOPERATIVAS

Na mesma reunião, a CAS, presidida por Romeu Tuma (PFL-SP), aprovou projeto do Executivo que incentiva a criação de cooperativas e associações, destinadas à formação profissional e geração de empregos em regiões de baixa renda. O projeto segue agora para votação do Plenário do Senado. Para o relator, senador Benício Sampaio (PPB-PI), a matéria é de amplo alcance social.



Roraima está vivendo "verdadeiro pé de guerra", diz Mozarildo

## Mozarildo apela contra demarcação de terra indígena

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) definiu como "verdadeiro pé de guerra" o clima que domina Roraima com a ameaça de demarcação da área indígena de Raposa Serra do Sol pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Conselho Indigenista do estado. Ele disse ter certeza de que o presidente Fernando Henrique Cardoso não fará essa demarcação "no apagar das luzes" do seu governo.

— Estou aqui hoje preocupado e fazendo um alerta para o clima que se está criando em meu estado, por causa dessa ameaça de que, por pressões internacionais, se esteja na iminência de demarcar essa área de forma contínua — disse o senador.

Na opinião do parlamentar, a insistência em demarcar a área, afastando dali moradores seculares, está dividindo toda a população do estado. Na opinião de Mozarildo, o presidente deve deixar que se busque com o novo governo uma negociação que possa satisfazer todas as partes interessadas no assunto.

Mozarildo entende que é possível estabelecer no estado uma convivência pacífica e não um *apartheid* étnico e até intra-étnico, isto é, dividindo índios de outros índios. Segundo o senador, foi realizada ontem, em Roraima, uma manifestação com a participação de produtores de arroz, pecuaristas, comerciantes, estudantes e diversas entidades de classe, além de órgãos representativos das comunidades indígenas, todos unidos contra a demarcação da área Raposa Serra do Sol.

O senador também disse que uma só entidade defende a demarcação em área contínua, enquanto outras três se manifestam contra. Ele considerou incompreensíveis as pressões pela demarcação, lembrando que tanto o governador anterior quanto o atual foram contra a iniciativa.

## Plenário mantém Stella Gregori na ANS

O Plenário do Senado aprovou ontem a recondução da advogada Maria Stella Gregori para o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que tem por finalidade regular e fiscalizar os planos privados de assistência à saúde.

Durante sabatina na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na manhã de ontem, Stella Gregori sustentou que a ANS deve ser uma agência reguladora independente e com autonomia financeira. A seu ver, somente dessa maneira o órgão poderá ter maior desenvoltura na fiscalização dos planos de assistência privados, que, segundo infor-

mou, atendem a cerca de 35 milhões de pessoas e envolvem recursos anuais da ordem de R\$ 23 bilhões.

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que os consumidores não podem continuar sendo vítimas da ganância dos planos de saúde. Ele observou que muitos usuários pagam caro por um plano e não são atendidos pelos hospitais e clínicas, sendo obrigados a procurar o Sis-



Stella Gregori defende manutenção do órgão como agência independente

tema Único de Saúde (SUS) em busca de tratamento médico. — A ANS tem uma grande dívida com o usuário brasileiro, para que sejam garantidos os direitos dos que compraram planos de saúde particulares — disse Tião Viana, ao propor que a ANS seja subordinada diretamente ao Ministério da Saúde, para que possa desenvolver suas atividades com maior rigor.



Francelino recomenda livro "Conversa com a memória", recém-lançado pelo jornalista

## Francelino destaca homenagem a Villas-Boas Corrêa

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) manifestou sua satisfação com a homenagem prestada pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que na tarde de ontem entregou ao jornalista Villas-Boas Corrêa a Medalha Tiradentes, pelos seus 54 anos de atuação profissional. A solenidade ocorreu no saguão Presidente Getúlio Vargas, do Palácio Tiradentes, no Rio.

— Cinquenta anos é o tempo que Villas-Boas Corrêa já ultrapassou no jornalismo político do país, desde a sua estréia, nos anos 40, em *A Notícia*, na fase em que ainda existiam vespertinos — afirmou Francelino.

Na avaliação do senador, o texto de Villas-Boas, além de jornalístico, é literário e didático. Ele sugeriu às novas gerações que leiam o livro recém-lançado pelo jornalista, *Conversa com a Memória*, para entender melhor os últimos 50 anos da história do país.

## TCU diz que contrato com a Fence foi legal

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comunicou ao Plenário recebimento de relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) concluindo pela total ausência de irregularidade no processo de contratação da empresa Fence Consultoria Empresarial, especializada em trabalhos de segurança, pelo Ministério da Saúde, com a finalidade de coibir o uso do grampo telefônico em suas dependências.

Jucá lembrou que em abril



Romero Jucá comunicou recebimento de relatório elaborado pelo órgão

deste ano, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou requerimento — e voto em separado de sua autoria — solicitando ao TCU a realização de uma fiscalização rigorosa sobre os procedimentos e as contratações dos serviços prestados pela Fence ao Ministério da Saúde, ou a qualquer órgão público que a tivesse contratado.

O senador referiu-se à celeuma que a imprensa criou sobre esse assunto, no começo do ano. A questão, segundo o senador, "foi abordada pela vertente do sensaciona-

lismo", o que ele atribuiu ao clima de disputa eleitoral que prevalecia naquele momento.

— Fiz questão de fazer esse registro no Plenário porque entendo que este relatório do TCU põe fim a uma questão que foi levantada pela imprensa, muitas vezes de forma inapropriada — afirmou o líder.

Além do Ministério da Saúde, o relatório informa, de acordo com Jucá, que a Fence prestou o mesmo tipo de serviço ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior Eleitoral, à Companhia Nacional de Habitação e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.





José Cruz

A Comissão Mista de Orçamento deve votar hoje os relatórios que tratam de recursos para os três Poderes e educação, ciência e tecnologia

## Orçamento aprova os dois primeiros relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem os dois primeiros relatórios setoriais sobre a proposta orçamentária da União para 2003. O primeiro, área de justiça e defesa, teve como relator o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA). O relator do segundo relatório, sobre agricultura e desenvolvimento agrário, foi o deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG).

Para ganhar tempo no cronograma de tramitação do projeto de Orçamento, o presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), autorizou a leitura dos pareceres de mais duas áreas temáticas: a dos poderes do Estado e representação, que tem como relator o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA); e a de educação, cultura, ciência e tecnologia, esporte e turismo, do deputado Doutor Rosinha (PT-PR). O parecer de Antonio Carlos Júnior foi bastante elogiado pelos parlamentares presentes à reunião.

Hoje, a partir das 10h, esses dois pareceres serão discutidos

e em seguida votados. Também deverá ser lido, debatido e votado o parecer sobre a área de previdência e assistência social, relatado pelo deputado Félix Mendonça (PTB-BA).

O presidente da comissão afirmou, ao final dos trabalhos de ontem, que espera concluir a tramitação do projeto de lei do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social para 2003, no mais tardar, até 19 de dezembro.

Todos os pareceres lidos e votados até ontem fazem profunda análise das dotações orçamentárias do atual governo para 2002 e 2003. O relator da área de agricultura, deputado Márcio Reinaldo Moreira, disse estar inconformado com a redução de recursos feita pelo governo em programas importantes, como os de extensão rural e de desenvolvimento da agricultura familiar (Pronaf).

O presidente da comissão cancelou as reuniões programadas para o próximo fim de semana. Novo encontro deve ser marcado para segunda-feira, às 16h.

## Comissão garante créditos suplementares a ministérios

Foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento um total de R\$ 9,8 bilhões em créditos suplementares ao Orçamento da União e ao de Investimentos do governo federal para 2002. A comissão deverá se reunir novamente hoje, a partir das 10h, para apreciar novos pedidos do Executivo de autorização de créditos e três relatórios setoriais para o Orçamento de 2003.

Entre os créditos aprovados destacam-se R\$ 4 bilhões em favor dos ministérios da Previdência e Assistência Social e R\$ 362,65 milhões para o Ministério do Trabalho e Emprego.

Na área da Previdência, os re-

ursos destinam-se, principalmente, ao pagamento de aposentadorias, pensões, auxílios, abono, salário-maternidade e ao programa de apoio aos portadores de deficiência.

Também foi aprovado crédito especial no Orçamento de Investimento para 2002 em favor de diversas empresas do grupo Petrobras, num total de R\$ 4,09 bilhões.

Foram ainda beneficiados com créditos para os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes e do Meio Ambiente, órgãos do Judiciário e do Ministério Público da União.

# Especialistas apóiam maior proteção à língua portuguesa

Substitutivo de Lando ao projeto que dificulta o uso de estrangeirismos recebe apoio na audiência promovida pela Comissão de Educação

O substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) ao projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que trata da proteção e defesa da língua portuguesa atende às principais expectativas da comunidade científica no que diz respeito ao aperfeiçoamento do texto original da proposta. A avaliação foi apresentada ontem em audiência pública na Comissão de Educação (CE). O substitutivo prevê que toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira destinada ao conhecimento público virá acompanhada do termo correspondente em português.

Segundo o professor Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras (ABL), o substitutivo “desbastou os excessos, as ares e os desvios em relação à vida da linguagem e das línguas”. Bechara elogiou “a luta em relação a empréstimos que vêm pôr de lado expressões vernáculas em favor de expressões estrangeiras”.

O presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, José Nivaldo de Farias, da Universidade Federal de Alagoas, observou que o projeto original tinha aspectos excessivamente restritivos e registrou que o escritor Machado de Assis criticava o purismo.

Já o presidente da Associação de Linguística Aplicada do Brasil, Pedro Garcez, da Universidade Fe-



Célio Azevedo

Debate reuniu especialistas da área de lingüística. Senadores destacaram a importância do idioma

deral do Rio Grande do Sul, citou pesquisa realizada pela professora Ieda Maria Alves, da Universidade de São Paulo, que constatou que apenas 17% dos neologismos utilizados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e pelas revistas *IstoÉ* e *Veja* eram estrangeirismos.

— A grande maioria de termos novos são construções novas da língua portuguesa, o que mostra que ela está bastante bem — disse.

Presidente da Associação Brasileira de Linguística, Maria Cecília de Magalhães Mollica propôs que o texto de Lando reconheça a totalidade do patrimônio lingüístico do Brasil, com as variedades indígenas, dos remanescentes das comunidades africanas e dos descendentes de imigrantes, além da língua brasileira de sinais.

A professora Rosilma Roldan, do Movimento Nacional em Defe-

sa da Língua Portuguesa, defendeu o acesso do cidadão a um ensino de qualidade e que as associações representativas dos lingüistas, escritores e usuários participem da formulação de uma política lingüística para o Brasil.

Lando destacou que o substitutivo atende a uma necessidade de defesa da língua portuguesa e possibilita que o idioma “não se esterilize, não se engesse”.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse que “o português está perdendo a qualidade”. Romeu Tuma (PFL-SP) declarou que o projeto “trouxe à baila a discussão do assunto num momento de crise do ensino”. Geraldo Cândido (PT-RJ) condenou o uso de expressões em inglês. Emilia Fernandes (PT-RS) disse que a reunião, presidida pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), contribuiu para dar visibilidade à questão.

## Proposta combate uso excessivo de palavras estrangeiras

Conforme o substitutivo de Amir Lando (PMDB-RO), a língua portuguesa integra o patrimônio cultural brasileiro, contribuindo para a definição da soberania do país. E dispõe que toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira destinada ao conhecimento



Roosevelt Fimelino

Lando: língua portuguesa integra o patrimônio cultural brasileiro

público no Brasil virá acompanhada, em letra de igual destaque, do termo ou da expressão correspondente em português.

A determinação vale para as relações comerciais — sobretudo

para as informações contidas nos produtos de origem estrangeira comercializados no país —, os meios de comunicação de massa, as mensagens publicitárias e as informações afixadas nos estabelecimentos comerciais ou de serviços.

Segundo o texto, é obrigatório o uso da língua portuguesa nos documentos produzidos pela administração pública direta, indireta e fundacional dirigidos ao conhecimento público. As pala-

avras e expressões em língua estrangeira nesses textos deverão ser substituídas por equivalentes em português, no prazo de um ano.

Para as áreas de intensa inovação tecnológica e científica, em que predomina o léxico estrangeiro, o substitutivo prevê a formação de comissões específicas com a finalidade de elaborar os respectivos glossários, com sugestões de termos equivalentes no vernáculo ou resultantes do processo de aportuguesamento. Os meios de comunicação de massa impressos poderão utilizar expressão estrangeira dessas áreas por no máximo um ano depois da elaboração do glossário.

# Prodasen é a "própria vida do Senado", afirma Tebet

Senador destacou importância do serviço de processamento de dados para os trabalhos legislativos e atividade dos senadores

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem, ao participar da cerimônia de comemoração dos 30 anos do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), que a criação do serviço de processamento de dados da Casa, em 1972, "foi um dos grandes serviços que Petrônio Portella prestou ao país". A visão de futuro demonstrada por Portella (1925-1980), então presidente da Casa, também foi lembrada pelos demais oradores da solenidade: o primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PTB-PE); o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o diretor do Prodasen, Mário Lúcio de Medeiros, e o funcionário Benedito da Silva Gomes Filho.

— O Prodasen é a própria vida do Senado — afirmou Tebet, que ressaltou a importância da instituição no suporte às atividades parlamentares e à rotina diária de cada senador, e deu especial relevo ao trabalho executado anualmente para a aprovação do Orçamento da União dentro dos prazos, o que sempre exige trabalho de 24 horas por dia e noites insones dos funcionários.

Tebet aproveitou para agradecer o esforço realizado durante o ano de 2002 pelos servidores e diretores da Casa, a colaboração da Mesa e de seu secretário-geral, Raimundo Carreiro, e o apoio recebido do pri-



Ramez Tebet agradeceu o esforço empreendido ao longo do ano pelos servidores da Casa e a colaboração da Mesa diretora

meiro-vice presidente, senador Edison Lobão (PFL-MA).

O presidente fez um elogio especial ao desempenho de Carlos Wilson à frente da Primeira Secretaria, "pelas atitudes corajosas, pelo trabalho de persuasão nos momentos difíceis e por ter sempre efetivamente pensado no ser humano" ao lidar com os problemas de pessoal. Por sua vez, Carlos Wilson ressaltou que o Prodasen foi "o responsável pela implantação no Senado da revolução digital, sem a qual é impossível conceber a democracia hoje".

— A importância do Prodasen na estrutura do Senado está associada à importância do Senado no contexto nacional. Além de atender às necessidades da Casa, o Prodasen tornou a instituição um pólo irradiador das modernas téc-

nicas de arquivamento, recuperação e transmissão de informações, obtendo o reconhecimento do setor privado e dos poderes Executivo e Judiciário — sintetizou.

O diretor-geral, Agaciel Maia, congratulou o pessoal do Prodasen e demais setores do Senado, e destacou as atuações de Carlos Wilson, "um guerreiro na defesa dos interesses da Casa e seus servidores", do senador Edison Lobão (PFL-MA), de Tebet e demais membros da Mesa, que, a seu ver, asseguraram a implantação de projetos que aumentaram ainda mais a projeção do Senado como centro de excelência em diversos setores de atividade extraparlamentar, como a Universidade do Legislativo (Unilegis), a comunicação social e a publicação de livros, entre outros.

## Simon lembra contribuição do órgão à Casa

A passagem do 30º aniversário de fundação do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) foi registrada ontem, em discurso no Plenário, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que elogiou o "excelente quadro de servidores" daquele órgão e lembrou sua participação em momentos importantes da história da Casa.

Simon lembrou que o Prodasen foi inaugurado no dia 12 de outubro de 1972, no local onde ainda hoje funciona o computador central. Segundo o senador, a capacidade do antigo computador central corresponde hoje à do processamento de uma simples agenda eletrônica ou de um tele-



Pedro Simon lembrou a participação do órgão nos momentos mais importantes do Senado

fone celular. Ele salientou que ao longo das três últimas décadas os avanços tecnológicos do órgão foram fantásticos, observando que o Prodasen "com seu quadro de servidores qualificados soube acompanhá-los".

Entre os trabalhos desenvolvidos pelo Prodasen, Simon ressaltou a participação do órgão na Assembleia Nacional Constituinte e nas mais polêmicas comissões parlamentares de inquérito. Destacou ainda a importância do Sistema VIP (Voz e Imagem dos Plenários) e do Interlegis, que visa a união dos legislativos dos três níveis da administração. Ele informou que, hoje, 1.533 câmaras municipais integram o sistema.

Em nome da Mesa, o presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se às palavras de Pedro Simon. Tebet afirmou que o senador fazia justiça ao Prodasen, que "presta relevantes serviços não só ao Senado, mas também ao país".

## Jefferson pede informações sobre serviço de "marketing"

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou ontem requerimento solicitando informações à Mesa do Senado sobre contratação, pela Secretaria de Comunicação Social, de serviços de *marketing* ao custo de mais de R\$ 900 mil, pela Fundação Universitária de Brasília (Fubra).

Jefferson explicou que foi procurado por um grupo de funcionários do Senado, inconformados com esse contrato.

— Não sei se é uma reação corporativa ou não — assinalou, esclarecendo que encaminhava o requerimento sem nenhum juízo de valor, mas confiante na transparência que sempre caracterizou a administração do Senado, e da mesma forma tem sido a tônica do presidente Ramez Tebet.

Tebet disse que entendia ser



Jefferson Péres disse ter sido procurado por grupo de servidores inconformados com o contrato

"muito bom" que Jefferson tenha feito o requerimento em Plenário, em vez de procurar as informações na Presidência do Senado. Em seguida, o presidente encaminhou o documento à Secretaria de Comunicação Social, para que responda o mais rápido possível as questões colocadas por Jefferson Péres.



## MISSA DE NATAL É CELEBRADA NO SALÃO NEGRO

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participou na manhã de ontem, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, da Missa do Natal do Legislativo. A missa, celebrada no Salão Negro do Congresso, em sinal de confraternização pelo encerramento do ano, contou com a presença de parlamentares e funcionários das duas Casas.

O cardeal-arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, presidiu a celebração, na qual se apresentou o Coral do Senado, cantando músicas litúrgicas e natalinas.

## Parecer contra investigação de grilagem tem pedido de vista

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) não poderá investigar a grilagem de terras públicas no Distrito Federal. É o que diz o parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO), apresentado ontem em reunião da comissão. Os integrantes da CFC pediram vista do relatório.

O parecer é uma resposta ao requerimento, apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), que solicita a abertura de investigação e apuração de fatos refe-

rentes a grilagem no Distrito Federal e transcrições de gravações telefônicas.

Moreira salienta que, de acordo ainda com a Advocacia Geral do Senado, a análise dos documentos apresentados pela senadora não constatou a necessidade de avaliar as contas da Terracap — da qual a União é acionista —, pois não há naquele material "qualquer indício de perda, extravio ou irregularidade que pudesse resultar prejuízo ao Erário".

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Antonio Carlos Valadares